

As faces de uma polêmica: o episódio do livro didático *Por uma vida melhor*

Aspects of a controversy: the episode of Por uma vida melhor didactic book

Jauranice Rodrigues Cavalcanti
(Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM/- FEsTA)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar discursivamente como as grandes mídias veicularam o episódio envolvendo o livro didático “Por uma vida melhor”, de Heloísa Ramos, distribuído pelo Ministério da Educação (MEC). Sabe-se que o caso teve grande repercussão: jornalistas, escritores e estudiosos produziram textos apresentando/discutindo o assunto, o que gerou uma polêmica entre aqueles que defendiam as ideias presentes na obra (distinção entre língua oral e escrita, consideração das variedades linguísticas) e os que a consideravam um incentivo ao “falar e escrever errado”. Para analisar o embate, reuniu-se um corpus constituído de textos de diferentes gêneros de discurso, que circularam nas grandes mídias no período de maio a julho de 2011. As categorias de análise mobilizadas provêm dos estudos do discurso, em especial do quadro teórico-metodológico com o qual trabalha o analista de discurso D. Maingueneau. Resultados apontam que a relação polêmica se mostra em diferentes lugares dos textos analisados.

Palavras-chave: *relação polêmica, mídia, purismo linguístico, livro didático.*

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze how the great media published the event related to the didactic book “Por uma vida Melhor”, from Heloísa Ramos, acquired and distributed by the State Department of Education. The incident had great repercussion: journalists, writers and scholars discussed the subject, a discussion that provoked a controversy between those who defended the ideas presented on the book (distinction between oral language and written language, the linguistic variations) and those who considered it as an encouragement to “bad language performances”. In order to analyze the confrontation, some data was gathered, composed by texts produced in different discourse genres that circulated in great media in the period from May 2011 to July 2011. The theoretical- methodological framework of French discourse conducts the analysis, mainly that one developed by D. Maingueneau. Results indicate that the polemical relationship appears in different dimensions of the analyzed texts.

Key-words: *polemical relationship, media, linguistic purism, didactic book.*

Uma nova polêmica?

Em maio de 2011 é divulgado o resultado da avaliação de livros didáticos realizada pelo PNL D (Programa Nacional do Livro Didático). Dentre os títulos aprovados, figura o de autoria de Heloísa Ramos, *Por uma vida melhor*, destinado a alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), publicado pela Ação Educativa. A aprovação do livro ganha destaque nas mídias, sendo fortemente contestada e rejeitada por diferentes jornalistas, escritores e especialistas, que acusam o livro de fazer apologia do erro, de “rebaixar tudo à ignorância”. Por outro lado, são veiculados textos (de linguistas, alguns jornalistas e escritores) que, fundamentados nas pesquisas produzidas pela Linguística nas últimas décadas, rebatem os argumentos apresentados pelos críticos do livro.

Assim como ocorrera quando da polêmica envolvendo a lei do deputado Aldo Rebelo contra o uso de estrangeirismos¹, abriu-se um espaço para que outras vozes, além das que costumam ser veiculadas nas grandes mídias, expusessem seus pontos de vista, discutindo o

1. Projeto de lei nº. 1676/99 que declarava lesivo ao patrimônio cultural brasileiro “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira” (art. 4º.). Sobre a polêmica em torno de estrangeirismos, ver Faraco (2002).

assunto. Vale ressaltar que momentos como esses são raros, visto que o espaço que se abre (em periódicos, revistas semanais, sites etc.) para discussões ligadas à língua costuma ser ocupado por “especialistas” que a reduzem a um conjunto de regras a ser seguidas. Há exceções, como o blog do linguista Sírio Possenti hospedado no site Terra Magazine, mas que não alcançam, em termos quantitativos, o mesmo público atingido pelos “comandos paragramaticais”².

Configura-se, assim, uma polêmica que mais uma vez vai revelar o pouco (ou nenhum) conhecimento da imprensa em geral em relação a aspectos da língua, incluindo seu ensino, como este deve ser promovido, que “conteúdos” privilegiar. O objetivo deste artigo é analisar alguns traços dessa polêmica. Para isso, reuniu-se um *corpus* constituído de textos veiculados nas grandes mídias (imprensa e digital), no período de maio a julho de 2011, que tratam do “caso” do livro didático *Por uma vida melhor*.

Quadro teórico-metodológico

Já faz algum tempo que D. Maingueneau estuda enunciações polêmicas. Em um de seus últimos trabalhos (*As três facetas do polêmico*), faz considerações importantes acerca do polêmico, ressaltando que este, em sua aparente simplicidade, revela-se “um verdadeiro nó para a análise do discurso” (2010:198).

O analista afirma que o polêmico não diz respeito a todo conjunto de atividades verbais, mas pertence essencialmente aos gêneros instituídos, isto é, aqueles que ao contrário dos gêneros conversacionais obedecem a certo número de restrições. Sendo assim, de um ponto de vista lexical, não seria adequado falar em “polêmica” quando de uma briga de vizinhos, por exemplo, mas sim de uma “discussão” ou de um “bate-boca”. “Polêmica” ou “polemizar” deve-se aplicar a situações de conflito em que os embates estão situados para além dos indivíduos que interagem.

Maingueneau observa ainda que, de um ponto de vista aspectual, a polêmica se estende ao longo do tempo, supõe uma sucessão de trocas,

2. A expressão é de Bagno (1999).

ao contrário de uma discussão ou bate-boca, que são pontuais. Além disso, o analista considera que o polêmico pode ser tratado como um *registro* na medida em que esse termo “pode *a priori* designar qualquer conjunto de traços linguísticos regularmente associados em um discurso, mas que não se caracterizam por ocorrerem em um único gênero” (2010: p.187).

O estudioso já havia adotado o termo *registro* em uma pesquisa cujo objetivo foi enumerar os tipos de unidades com as quais trabalha o analista do discurso. As unidades territoriais e as unidades transversas, apontadas então pelo pesquisador, diferenciam-se pelo fato de não ser possível circunscrever as últimas a um único gênero ou tipo de discurso, já que atravessam textos de múltiplos gêneros. Segundo Maingueneau, nesse caso seria possível falar de registros, definidos a partir de três tipos de critérios, a saber, linguísticos, funcionais e comunicacionais.

Os registros do tipo comunicacional, a que o polêmico está associado, combinam traços linguísticos e funcionais – discurso cômico, discurso de divulgação, discurso didático etc. Maingueneau ressalta que mesmo que esses registros ocorram sistematicamente em gêneros privilegiados não devem ser reduzidos a eles. É o que ocorre com o polêmico: romances ou peças de teatro podem conter passagens polêmicas.

Para Maingueneau, considerar o polêmico um registro do tipo comunicacional e a ele atribuir um repertório de traços linguísticos característicos de certa “violência verbal” significa, de um ponto de vista da Análise do Discurso, satisfazer-se com uma concepção muito vaga. É necessário, então, abordá-lo em três dimensões, que são indissociáveis: a enunciativo-pragmática, a sociogenérica e a semântica.

Na enunciativo-pragmática, a dimensão mais imediata, pode-se “colocar ênfase não somente nas marcas enunciativas, mas também na força ilocucional da enunciação, no interior de certa encenação da atividade discursiva” (2010:190). Como ressalta o analista, é muito difícil, se o objetivo é ir além dos fenômenos comuns, fazer um repertório dos traços linguísticos que produzem agressividade, a chamada violência verbal que caracteriza o polêmico. Isso significa que o estudo de textos polêmicos não pode ficar restrito à análise de marcas enunciativas, mas “deve levar em conta o ‘dispositivo’ pragmático no qual elas adqui-

rem sentido” (2010:192). O dispositivo a que se refere Maingueneau considera as interações verbais a partir de categorias como *lugares*, *papéis* e *normas*. Em relação às normas, o analista observa que elas são pressupostas pelos adversários, impõem-se a eles, é em relação a essas normas que polemizam. Trata-se de valores da comunidade que estariam ameaçados (o bom senso, os valores democráticos, o catolicismo, a defesa dos pobres etc.) daí a necessidade do embate.

O estudo da dimensão sociogenérica, por seu turno, permite analisar o polêmico nas práticas discursivas por meio das quais ele se exerce, em um lugar e momento dados. Além disso, possibilita relacionar o texto analisado a outros textos que lhe dão sentido. Nas palavras de Maingueneau:

Cada texto polêmico implica um quadro comunicacional, um gênero ligado a um suporte e a lugares de difusão, que lhe prescreve um modo de existência; ele se inscreve, além disso, em uma temporalidade específica, constitui um acontecimento enunciativo que adquire sentido em relação a outros da mesma série (2010:193).

Além disso, o polêmico desenha uma configuração específica: a respeito de que se polemiza? quem polemiza? em quais suportes? passando por quais circuitos? O analista observa que existem momentos privilegiados para as polêmicas, como atestam as controvérsias político-religiosas que emergiram na França sob o Antigo Regime do século XVI ao século XVIII, indissociáveis de diversos regimes de clandestinidade.

Para Maingueneau, atualmente as mídias constroem novos tipos de polêmica, mudança que pode ser observada no tamanho dos enunciados polêmicos que circulam: não se trata mais de textos inteiros, mas de pequenas frases destacadas pelos jornalistas e apresentadas como dirigidas contra a pessoa X ou Y, a quem se atribuem como resposta outras pequenas frases, que alimentam reações de outros atores do campo político-midiático³.

3. Em seus últimos trabalhos, o analista propõe conceitos (destacabilidade, sobreasseveração, hiperenunciador etc.) para dar conta do funcionamento das chamadas pequenas frases.

A abordagem da dimensão semântica, de acordo com Maingueneau, é a menos evidente, visto que o centro de atenção são “as próprias identidades que ao mesmo tempo pressupõem e constroem os conflitos” (2010:195). Aqui aparece um traço que diferencia o polêmico de outros registros, qual seja, ele implica que uma fronteira pela qual se define uma identidade discursiva seja ameaçada. Dessa forma, para que haja polêmica é preciso que sujeitos que ocupam certo lugar considerem intoleráveis determinados enunciados, “a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados” (2010:196).

A questão da identidade discursiva remete a trabalhos anteriores do analista, nos quais figuram *corpora* selecionados por conta das relações de embate que sujeitos de diferentes discursos travam entre si. É o caso de uma de suas primeiras pesquisas⁴, que reúne um vasto *corpus* recolhido de um mesmo campo, o religioso devoto. Trata-se da análise de dois discursos (discurso jansenista e humanista devoto) que, como mostra Maingueneau, não se constituem independentemente um do outro, mas sim levando em conta seu “exterior” enunciativo. Tal constatação leva o analista a propor a hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, que se inscreve na perspectiva do dialogismo bakhtiniano, mas a ela atribui um quadro metodológico que permite apreender o modo como os discursos interagem. Afirmar que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso “significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (2005: 21).

No que diz respeito à interação entre discursos antagonistas, Maingueneau afirma tratar-se de um processo de tradução ligado àquilo que chama de *intercompreensão constitutiva*, conceito que permite explicar incompreensões e mal entendidos que surgem quando um discurso faz referência a seu outro. A tradução de enunciados desse outro é feita tomando por base as categorias do *mesmo*, isto é, do próprio discurso que faz a tradução, o que significa dizer que a relação com o outro ocorre sempre sob a forma de simulacro. Para ficar em um exemplo: o discurso homofóbico traduz *kit anti-homofobia* como *kit gay*, ou seja, faz um simulacro de “enunciados” de seu oponente.

É importante observar que na análise da polêmica envolvendo os discursos jansenista e humanista devoto, Maingueneau emprega *formação discursiva* para fazer referência a esses discursos, conceito que será substituído, em trabalhos posteriores, pelo de *posicionamento*, definido por ele como uma identidade discursiva forte (o discurso racista, por exemplo), um lugar de produção discursiva bem específico. É nessa acepção que o conceito será aqui empregado.

Sem dúvida, a análise empreendida por Maingueneau em *Gênese dos Discursos* permite avanços nos estudos de discursos que mantêm entre si incompatibilidades radicais. Levando em conta o quadro teórico-metodológico que fundamenta as pesquisas desse autor, é analisada na seção seguinte a polêmica que se estabeleceu por ocasião da aprovação pelo MEC do livro *Por uma vida melhor*.

Análise: as faces da polêmica

Com o objetivo de analisar a polêmica envolvendo o livro de Heloísa Ramos, reuniu-se um *corpus* constituído de dois conjuntos de textos, que materializam dois discursos sobre língua e correção linguística, dois posicionamentos, a saber, o que condena a obra e as ideias por ela veiculadas e o discurso que as defende. Levando em conta as dimensões do registro polêmico apresentadas por Maingueneau, a abordagem que aqui será apresentada – a semântica – enfoca a relação constitutiva entre os dois discursos, considerando que eles definem sua identidade por meio dos conflitos/embates que travam entre si.

A dimensão semântica do confronto entre os dois discursos pode ser observada nas marcas de polemicidade presentes nos textos que materializam os posicionamentos divergentes. Dentre elas, destaca-se o uso de palavras/expressões aspeadas. Como se sabe, as aspas configuram um fenômeno que Authier-Révuz (1998) chama de *heterogeneidade mostrada e marcada*, aquele em que é possível perceber o confronto de um discurso com sua alteridade. Trata-se de uma não coincidência do discurso consigo mesmo, que a autora considera como constitutiva em referência ao dialogismo bakhtiniano (já que toda palavra se produz no meio do já dito de outros discursos) e também à teorização do interdiscurso nos termos de Pêcheux (que remete o “eu falo aqui e agora” a “algo fala em outro lugar antes e independentemente”).

Observem-se as ocorrências de palavras/expressões aspeadas nos seguintes trechos:

- (1) O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que **“ensina”** a língua portuguesa com erros de português. Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas **“adequadas”** de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora. A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de **“preconceito linguístico”**. (coluna de Dora Kramer, O Estado de S. Paulo)
- (2) Terá certamente uma vida melhor o aluno que dominar o instrumental da norma culta da língua, contra o qual o livro se posiciona abertamente. Assim, esse **“instrumento didático”**, que conta com o endosso do MEC, se algum efeito tiver, será no sentido de piorar a vida do estudante; na melhor das hipóteses, contribui para mantê-lo na ignorância. (blog de Reinaldo Azevedo, Revista Veja)
- (3) A certa altura, baseado na eventual pergunta de um aluno a seu professor, o livro afirma: “Eu posso falar ‘os livro’? Claro que pode.” Depois de ensinar a seus alunos que eles podem falar errado, o professor é orientado a apontar as **“sanções”** a que o estudante está sujeito se utilizar uma construção como “os peixe”: “Fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico.” (Reportagem, *Revista Veja*)
- (4) Uma defesa do **“erro”** de português (título da coluna de Helio Schwartzman, Folha de S. Paulo)
- (5) Mas o suprasumo foi a insinuação de que o livro seria a defesa da fala **“errada”** de Lula. Segundo seus críticos, o livro, ao abordar a variação linguística, estaria fazendo a apologia do **“erro”** de português e desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma culta. (artigo de Carlos Faraco, *Gazeta do Povo-PR*)
- (6) Achou-se que não há preconceito linguístico. Mas a celeuma mostra que há, e está vivíssimo. Uma prova foi a associação da variedade popular ao risco do fim da comunicação. Li que o português **“correto”** é efeito da evolução (pobre Darwin!). Ouvi que a escrita (!) separa os homens dos animais! (artigo de Sírio Possenti, O Estado de S. Paulo)

Nos trechos selecionados, aparecem palavras que sinalizam a presença de um outro discurso em relação ao qual o discurso “um” se relaciona, constrói sua identidade. Para mostrar a distância, e mesmo a inadequação de sentidos atribuídos pelo “outro” a essas palavras/expressões, o enunciador emprega as aspas. Em (1), elas incidem em *ensina*, *adequadas* e *preconceito linguístico*, que configuram, assim, um ponto de encontro/confronto dos dois discursos. Percebe-se, também nesse trecho, assim como em (3), a presença de palavras – *erro*, *errado* – recorrentes no *corpus*, que serão colocadas à distância pelos enunciadores do discurso oponente, o que defende o livro de Heloísa Ramos.

Em (2), a oração encaixada *que conta com o endosso do MEC* surge após a expressão aspeada *instrumento didático*. Para Pêcheux (1997), a proposição explicativa funciona como uma “lembrança lateral”, uma sustentação para aquilo que se está dizendo. Trata-se de um pré-construído, uma “verdade” imposta aos sujeitos que enunciam o discurso desfavorável ao livro. No caso, o “instrumento didático”, avaliado de forma extremamente negativa, só poderia ser recomendado por um Ministério ligado ao governo que se encontra no poder.

Já os trechos (4), (5) e (6) materializam o discurso favorável ao livro e às ideias por ele veiculadas. Em (5) e (6), a distância em relação ao “outro” é marcada, além das aspas em *erro* e *correto*, pelo emprego do discurso relatado e pela modalização em discurso segundo. Em relação ao primeiro, trata-se de uma manifestação da heterogeneidade discursiva, marcada na superfície textual por índices que revelam a presença de duas vozes: a da enunciação citada e aquela objeto da enunciação citante. Assim, em (6), os enunciados *achou-se que(...)*, *li que (...)*, *ouvi que (...)* dissociam de forma clara o dizer do enunciador do texto, favorável à ideia de que há preconceito linguístico, da enunciação daqueles que afirmam que não há, além de outras ideias consideradas insustentáveis.

A modalização em discurso segundo é “um modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado” (Maingueneau, 2001: 139). Ao introduzir o enunciado por *segundo seus críticos*, o enunciador do trecho (5) indica que está se

referindo a outro discurso, qual seja, aquele que condena a presença/ abordagem da variação linguística em manuais didáticos.

Ressalte-se, também, o efeito irônico que a leitura do trecho (6) provoca. Ao contrário das aspas e do discurso relatado, na ironia o distanciamento/rejeição do outro não é marcada, mas mostrada no nível do implícito. Trata-se de um fenômeno que Authier-Révuz denomina *heterogeneidade mostrada não marcada*, em que a presença de outro discurso não pode ser associada a marcas linguísticas claras, mas reconstruída levando em conta diferentes sinalizações. Para mostrar o caráter absurdo dos argumentos daqueles que condenam o livro, o enunciador do trecho (6) insere, por meio de parênteses, comentários e sinais de pontuação logo após esses argumentos (*pobre Darwin!* e o sinal de exclamação !).

Maingueneau (2005) adverte que não é apropriado pensar que cada discurso dispõe de um vocabulário próprio. O que ocorre com mais frequência, diz ele, são explorações semânticas contraditórias de idênticas unidades lexicais. De fato, os trechos selecionados apresentam as mesmas palavras (*ensinar, preconceito, erro, correto*), mas elas não significam a mesma coisa já que provêm de posicionamentos discursivos antagônicos.

Também em relação ao vocabulário, é importante destacar que, embora todas as palavras/enunciados do outro discurso possam ser rejeitadas, a análise apontou a recorrência de determinadas “palavras-chave”, que podem ser tomadas como um lugar privilegiado de acesso ao interdiscurso. Assim, ao empregar *preconceito linguístico, erro e correto*, com ou sem aspas, o enunciador se posiciona no interior do embate acerca do livro.

Além das aspas, e outras marcas apontadas até aqui, outro lugar dos textos que pode ser considerado o encontro dos dois discursos, a materialização da polêmica, é a forma com que os enunciadores referenciam o livro e a controvérsia gerada por ele. As diferenças que ocorrem na forma de nomear esses dois referentes, de a eles fazer a remissão, podem ser explicadas levando em conta o lugar de onde enunciam os sujeitos, o posicionamento que assumem no espaço conflituoso da polêmica. Observem-se os trechos abaixo:

- (7) O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que “ensina” a língua portuguesa com erros de português. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio *àquela ode ao desacerto* ao resolver que a questão não lhe diz respeito. (coluna de opinião, O Estado de S. Paulo)
- (8) O Ministério da Educação informou que não se envolverá na polêmica sobre *o livro com erros gramaticais* distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do próprio MEC, a 485 mil estudantes jovens e adultos. O livro “Por uma vida melhor”, da professora Heloísa Ramos, defende uma suposta supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita, admitindo a troca dos conceitos “certo e errado” por “adequado ou inadequado”. (notícia, O Globo)
- (9) As lições do *livro que desensina* (Título de reportagem da Revista Época)

Como se pode observar, os trechos (7), (8) e (9) referem-se ao livro de Heloísa Ramos por meio de expressões nominais que encerram carga negativa. Em (7), a expressão nominal *aquela ode ao desacerto* retoma o referente já introduzido (o livro que “ensina” a língua portuguesa com erros de português), inserindo-o em uma nova categoria, de traços claramente depreciativos. Constrói-se, assim, uma imagem extremamente negativa do livro, assim como do Ministério que o endossou. Ressalte-se que a expressão encerra não apenas carga depreciativa, mas também irônica.

Ser produzido no gênero noticioso parece explicar o fato de o trecho (8) nomear o livro de Heloísa Ramos com uma expressão nominal de carga mais “neutra” que as presentes nos trechos (7) e (9): *o livro com erros gramaticais distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático*. Sabe-se que o estilo desse gênero não acolhe palavras ou expressões que revelem de forma explícita marcas da presença do enunciador nos textos que produz. Isso porque se trata de um gênero cujo propósito, “deixar os fatos falarem por si”, produzir o efeito de verdade, demanda um estilo objetivo neutro. No entanto, o enunciador jornalista revela seu posicionamento na polêmica ao empregar a expressão *uma suposta supremacia*, distanciando-se das ideias veiculadas pelo livro e daqueles que as defendem.

O título da reportagem da Revista *Época* (9) antecipa o teor da matéria: uma crítica ferrenha ao “livro que desensina”. O corpo do texto apresenta as razões que explicariam a inclusão do conteúdo condenável em um manual didático, fazendo referências a autores da área da Sociolinguística. O seguinte trecho, o intertítulo da matéria, revela a interpretação (a interincompreensão nos termos de Maingueneau) que os enunciadores do discurso desfavorável ao livro fazem dos enunciados de seu oponente:

‘Por Uma Vida Melhor’ é exemplo de doutrina difundida há décadas na educação brasileira, segundo a qual a norma culta é um fardo ao qual devemos nos curvar por imposição social, e não pelos benefícios que ela propicia.

Assim, defender um ensino que não estigmatize variedades linguísticas diferentes da padrão significa, para os que enunciam o discurso da correção linguística, banir a “norma culta”, privar os alunos dos “benefícios que ela propicia”. Já os trechos (10), (11) e (12) a seguir referem-se ao livro e ao episódio de forma bem diferente.

- (10) Sim a educação brasileira vai muito mal, mas estão errando obtusamente o foco. O que *essa cegueira coletiva* mostra, antes de tudo, é o fato de que a linguística – a primeira ciência humana moderna, que se constituiu no final do século 18 com o objetivo de compreender a evolução das línguas – não entrou no senso comum. As pessoas, letradas ou não, sabem mais sobre Astronomia do que sobre o funcionamento das línguas, mas imaginam o contrário. (Folha de S. Paulo, coluna de Hélio Schwartzman)
- (11) *O imbróglio da vez* é a discussão sobre o *manual de ensino da língua portuguesa distribuído pelo MEC*, chamado “Para uma vida melhor”, da autoria de Heloisa Ramos. Li na imprensa, vi nos blogs e ouvi no rádio do carro vozes, desde sentenciosas a sardônicas e sarcásticas, dizendo que se tratava de uma descarada proposta de ensino do português pelo método invertido, preconizando o erro de concordância, o desvio sintático e o assalto à gramática. (José Miguel Wisnik, O Globo)
- (12) Refiro-me a *esse episódio sobre o suposto livro que ensinaria as crianças a ler e a escrever errado*. Esse livro, sobre o qual tantas mentes brilhantes despejaram esgoto puro, não existe. Inventaram um livro com o mesmo nome, com a mesma autora e imputaram a ele um conteúdo inexistente no livro original. *O livro massacrado*

não defendia a norma “inculta”. Apenas seguia recomendações do Ministério da Educação, em vigor desde 1997, de não desprezar a fala popular. (Luís Nassif, Luis Nassif Online)

Em (10), a referência ao alarde provocado pelo apoio do MEC ao manual é feita por *essa cegueira coletiva*, expressão que veicula a avaliação negativa sobre tal alarde. Como se pode observar, os argumentos apresentados para sustentar a avaliação do enunciador provêm do campo da linguística. Por enunciar do interior da esfera jornalística, a ocorrência desse dado é excepcional no *corpus*, visto que a esmagadora maioria de textos produzidos por sujeitos jornalistas materializa o discurso desfavorável ao livro.

O trecho (11), por sua vez, apresenta a expressão *o imbróglio da vez* denominando a repercussão provocada pelo episódio. Nela está embutida a ideia de exagero e equívoco, a interpretação do enunciador sobre o alarde feito pela imprensa. Outro lugar do trecho que revela a presença de dois discursos, a rejeição do enunciador em relação ao que foi erroneamente divulgado sobre o livro, é o discurso relatado: as vozes que se pronunciaram de forma equivocada em relação ao episódio são rotuladas de *sentenciosas, sardônicas e sarcásticas*, uma apreciação negativa que revela o posicionamento que o enunciador assume na polêmica.

Em (12) aparecem duas anáforas lexicais que fazem remissão à controvérsia e ao livro de Heloísa Ramos: *esse episódio e o livro massacrado*. Nessa última, é clara a avaliação sobre o tratamento dado pela mídia à aprovação do livro pelo MEC – trata-se de um massacre. Da mesma forma, é interessante observar a expressão *o suposto livro que ensinaria as crianças a ler a escrever errado*, que explicita o termo antecedente. Nela, figuram duas marcas de distanciamento em relação ao discurso desfavorável ao livro, quais sejam, a própria expressão *o suposto livro* e a forma verbal no futuro do pretérito (*ensinaria*) que mostra que o enunciador não partilha da ideia de que o livro de Heloísa Ramos defende a norma “inculta”.

No trecho (12), também chama atenção a presença do operador negativo, de caráter refutativo. Trata-se de uma negação polêmica, outro fenômeno que atesta a heterogeneidade discursiva dos discursos.

Ao contrário da ironia, na qual a recusa do outro e de seus enunciados deve ser reconstituída pelo leitor, na negação a rejeição é explicitada: “o livro massacrado *não* defendia a norma ‘inculta’”.

Os trechos apresentados até aqui mostram que os enunciadores lançam mão de recursos para colocar à distância/recusar o discurso de seu outro. A denegação ocorre, muitas vezes, sob a forma de simulacro. Observem-se outras ocorrências:

- (13) A sociolinguística pode render uma mostra informativa – e divertida – como *Menas* (...). Mas, utilizada de maneira torta num livro didático como *Por Uma Vida Melhor*, e misturada a um *blá-blá-blá ideológico* sobre “preconceito” e “classes dominantes”, essa abordagem é nada menos que um desatino (...). (reportagem, Revista Veja)
- (14) A Ação Educativa, irmandade que congrega a turma que acha que falar errado está certo, divulgou uma Nota Pública em que agradece “o apoio da comunidade científica e dos especialistas no ensino da língua” ao livro “Por uma vida melhor”, também conhecido como “Nós pega o peixe”. Ainda grogues com a vigorosa reação dos brasileiros sensatos, *os aiatolás do idioma* resolveram fazer de conta que ganharam a briga para não perder o acesso aos cofres do MEC, que publica essas lucrativas vigarices com o patrocínio involuntário dos que pagam impostos. (blog de Augusto Nunes, Revista Veja)
- (15) (...) No final acabamos nos acostumando e seguimos *os prescricionistas*, mas penamos um pouco na hora de aprender. (coluna de Hélio Schwartzman, Folha de S. Paulo)

Para o enunciador do discurso da correção linguística a ideia de que os falantes são avaliados (e estigmatizados) conforme a língua (a variedade linguística) que empregam não passa de um *bla-bla-blá ideológico*, tradução que fazem de *preconceito linguístico*. Trata-se, assim, de uma sequência que só pode ser enunciada sob a forma de simulacro, ou se colocada à distância, como ocorre logo em seguida no mesmo trecho (13), rejeição marcada, da mesma forma que em (1), por meio das aspas. Já em (14), a comunidade científica e especialistas que apoiaram o livro são traduzidos por *os aiatolás do idioma*, simulacro que permite ao enunciador se confrontar com seu oponente sem colocar em risco a identidade de seu posicionamento. Além disso, a

tradução constrói essa identidade, uma vez que ela se constitui por meio da relação polêmica.

No que diz respeito ao trecho (15), a expressão *os prescricionistas* é um simulacro daqueles que defendem tão somente atitudes prescritivas em relação à língua, os que a reduzem à variedade padrão. É dessa forma que os sujeitos do discurso favorável ao livro interpretam os “enunciados” de seu outro.

Ainda a respeito dos trechos apresentados, é interessante destacar o modo como os sujeitos enunciam, o *ethos* que o leitor pode construir da fonte enunciativa. Em relação ao registro polêmico, pode-se dizer que este exige uma certa vocalidade, qual seja, a de uma “violência verbal” mais ou menos carregada. Assim, assumir um posicionamento em relação a temas controversos significa adotar um tom contestatório, combativo, até mesmo agressivo. Esse tom pode ser antecipado, em vários casos, pelos títulos ou início dos textos. Observem-se os seguintes:

- (16) A pedagogia da ignorância (título de editorial, O Estado de S. Paulo)
- (17) O assassinato da Língua Portuguesa (título de reportagem, Revista Isto é)
- (18) Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente (título do blog de Reinaldo Azevedo, Revista Veja)

Em (16) e (17), a interpretação sobre o episódio é enunciada em um tom assertivo e combativo, que não deixa dúvidas quanto à posição assumida pelo enunciador e à forma que será tratado seu antagonista, a saber, sem espaço para o diálogo ou atitudes condescendentes. Esse tom aparece exacerbado em (18): da leitura do título emerge um *ethos* agressivo e raivoso, de “poucos amigos”, em conformidade com o registro polêmico, mas também com o *ethos* dos articulistas da *Revista Veja* (vide fragmento 14).

Além disso, como se pôde observar, é possível atribuir à fonte enunciativa um tom irônico, em alguns casos também antecipado pelos títulos ou primeiros enunciados, e que pode ser confirmado pela leitura integral dos textos. É o caso das ocorrências a seguir:

- (19) Por uma vida pior (título coluna de Dora Kramer, O Estado de S. Paulo)
- (20) Dona Norma (título artigo de José Miguel Wisnik, O Globo)
- (21) O pessoal pegaram pesado. (primeiro enunciado da coluna de Hélio Schwartzman, Folha de S. Paulo)

Por último, vale comentar os exemplos (20) e (21). Neles, indicia-se a interpretação dos enunciadores acerca do tema e do tratamento que recebeu pela maioria dos jornalistas e comentadores. A norma padrão, identificada à própria língua e supervalorizada pelos que se opõem ao livro, é chamada de *Dona Norma* em (20), designação que a “rebaixa” de forma sarcástica e bem-humorada. O tom sarcástico e zombeteiro também emerge da leitura de (21). Para depreciar e apontar o caráter absurdo do ponto de vista segundo o qual *Por uma vida melhor* defende o ensino de concordâncias não padrão (*nóis pega o peixe*), o enunciador escreve de acordo com a forma que, supostamente, o livro preconizaria.

Considerações finais

Este artigo procurou explicitar algumas faces da polêmica envolvendo a aprovação pelo MEC do livro *Por uma vida melhor* de Heloísa Ramos. O *corpus* recolhido foi constituído de textos que circularam nas grandes mídias no período de maio a julho de 2011, e analisado tendo por fundamento as reflexões de D. Maingueneau.

A polêmica é deflagrada quando os enunciadores do discurso da correção linguística consideram inaceitáveis os enunciados de seu outro (o livro de Heloísa Ramos, o que dizem os que saem em sua defesa), interpretando-os como uma afronta a um dos “valores” da comunidade – a pureza da língua. A partir daí, iniciam-se as trocas, as enunciações polêmicas. Por conta de o espaço de circulação ser a esfera midiática, os textos são produzidos nos gêneros jornalísticos: artigo e coluna de opinião, editorial, blog, notícia etc.

Como era de se esperar, a análise apontou que o registro polêmico aparece de forma privilegiada nos gêneros chamados de opinativos pela esfera jornalística. No entanto, não se reduz a eles, uma vez que foram encontradas passagens polêmicas nos gêneros notícia e reportagem, sobretudo nesse último.

A relação polêmica se mostra em diferentes lugares dos textos analisados: no tratamento do tema, na forma de referenciar/anaforizar o livro e o episódio, no investimento que cada discurso faz do vocabulário. A denegação do outro se dá por meio de recursos como as aspas, a ironia e, muitas vezes, sob a forma de simulacro. Além disso, a análise permitiu constatar que o “conteúdo” dos textos exige um modo de enunciação mais duro e combativo, mas que dá lugar a um ethos irônico e bem-humorado em alguns casos, ou a um ethos agressivo, de “poucos amigos”, em outros.

Mesmo priorizando a dimensão semântica, a análise apontou a imbricação das três dimensões do polêmico, uma vez que foi possível apreender as marcas de polemicidade presentes nos textos, os gêneros de discurso e suportes implicados, como também a construção dos posicionamentos envolvidos. Essa última se dá por meio da relação polêmica, o que significa dizer que ambos os posicionamentos definem suas fronteiras, sua própria identidade, no confronto com seu outro.

Recebido em: maio de 2013

Aprovado em: dezembro de 2013

E-mail: jrodriguescavalcanti@terra.com.br

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. 1998. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Eni Orlandi (org.). Campinas: Ed. da Unicamp.
- BAGNO, Marcos. 1999. *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. 47. ed. São Paulo: Loyola.
- FARACO, Carlos Alberto (org.). 2002. *Estrangeirismos*. Guerras em torno da língua. 2. ed. São Paulo: Parábola.
- MAINGUENEAU, D. 2001. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Décio Rocha e M. Cecília P. de Souza-E-Silva. São Paulo: Cortez.
- _____. 2005. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições.
- _____. 2010. As três facetas do polêmico. Trad. Sírio Possenti. In: *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Trad. Sírio Possenti e M. Cecília P. de Souza-E-Silva (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial.
- PÊCHEUX, M. 1997. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi (org.). Campinas: ed. da Unicamp.